

ATA DA 4ª. REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E ARQUEOLÓGICO

Aos sete dias do mês de dezembro de 2010, às 14:00 horas, no Sindicato Rural de Ortigueira, reuniram-se as seguintes instituições: MPF, IAP, ELETROSUL, FUNAI, IPHAN, COPEL, AMTIAP e HABITUS. Iniciando os trabalhos a suplente da Coordenadora, Sra. Jacira Aparecida, fez um breve resumo da questão abordada pelo Dr. Robertson via e-mail acerca da possibilidade de uso da casa que pertence a Klabin e está situada na Fazenda Monte Alegre. O Sr. Rossano representante do IPHAN alegou que seria interessante se a Klabin doasse o imóvel ou fizesse um comodato com o município para a instalação de um museu. Dr. Akira sugeriu que o CECS aprofunde o contato com a Klabin com vistas a viabilização de possível parceria. Sr. Everson comprometeu-se a entrar em contato com a Klabin e avaliar a área elaborando uma planta baixa, que deverá ser apresentada nas próximas reuniões da CT. Tendo em vista que todas as questões levantadas na reunião realizada no dia 20 de outubro continuaram sem resposta o Dr. Akira pediu que registrasse em ata o descuido do CECS na questão do patrimônio arqueológico, uma vez que as demandas apresentadas pela Sra. Jacira não foram respondidas pelo Consórcio. Alegou que essas são questões impeditivas da LO na visão do MPF. O representante do IPHAN alegou que também opinará negativamente caso não tenha nenhum andamento referente ao Termo de Referência elaborado pela entidade. O Sr. Everson esclareceu que já orçou o proposto no Termo de Referência, mas que o CECS ainda não apresentou nem uma minuta de contrato. Informou que a Habitus está preparada para atender o TR, mas o CECS ainda não tomou nenhuma providência. Foi esclarecido que este programa é conduzido pela COPEL e não pelo Consórcio, e o Sr. Lucas da COPEL alegou que a COPEL ainda está analisando a proposta da Habitus. Dr. Akira questionou se existe uma articulação entre as equipes de arqueologia e de supressão vegetal com vistas a compatibilização dos cronogramas de trabalho já que as ações a serem desenvolvidas são interdependentes e o Sr. Everson alegou que a educação será feita antes da supressão conforme previsão contratual. O representante do IPHAN alegou que a demora na resposta é desrespeitosa e informou que se não houver uma resposta dentro de 15 dias o empreendedor será notificado. A Sra. Gilda manifestou sua preocupação sobre os vestígios arqueológicos na área do canteiro de obras, onde existe supostamente uma casa subterrânea que estaria embaixo dos alojamentos. O Sr. Everson esclareceu que essa casa não está embaixo do alojamento e que essa área já havia sofrido impacto pelo plantio de eucalipto da Klabin. O representante do IPHAN afirmou que isso deverá ser objeto de uma compensação. O Sr. Ferdinando destacou que existe uma missão jesuítica na região com indícios de localização a cerca de 3 km da barragem. O Sr. Everson propôs que seja feita uma visita ao local junto com a equipe da Habitus. O Sr. Everson informou que não houve manifestação do CECS sobre a possibilidade de criar um laboratório na região para que as peças não precisem viajar até o RS para análise. Destacou que a Habitus está disponível para realizar a exposição das peças desde que receba um ofício formal de requerimento. O Dr. Akira pediu que na próxima reunião seja apresentada uma compatibilização entre o cronograma da obra e o trabalho do resgate. Alegou que em 3 meses não houve nenhum andamento nesse programa e que se for necessário a questão será judicializada. O representante do IPHAN afirmou que se não houver uma posição firme do CECS até a próxima reunião o órgão atuará como litisconsorte na ação judicial. O representante da FUNAI pediu que os indígenas acompanhem o trabalho de supressão vegetal juntamente com a equipe da Habitus e afirmou que eles gostariam de participar mas não tem condições financeiras para deslocamento e alimentação. O representante do IPHAN recomendou que o CECS adote as providências necessárias para que os indígenas participem do processo. Foi definido que o acompanhamento indígena será esporádico e ocorrerá na forma de

educação patrimonial. Foi deliberado que será feito mais uma vez um convite para a apresentação do COPATI ficando o CECS obrigado a viabilizar a participação já que trata-se de empresa contratada pelo próprio CECS. O representante do IPHAN informou que fará uma notificação. Dr. Akira questionou a obrigação do empreendedor decorrente da LP de celebrar convênios com as três universidades estaduais. A Sra. Jacira esclareceu que essa condicionante é para viabilização de um museu. Dr. Akira alegou que o engajamento das universidades é necessário para produção de conhecimento que compense os impactos gerados pelo empreendimento. O Sr. Rossano afirmou que está disponível para atendimento inclusive por telefone de qualquer problema que o CECS tenha e que eventualmente impeça o andamento dos trabalhos. A Sra. Jacira pediu aos presentes um retorno sobre a Câmara Técnica. O representante do IPHAN alegou que a CT serviu para expor os problemas de andamento do programa ambiental e destacou a ausência de respostas do CECS que em sua opinião caracterizam uma tentativa de adiamento de possíveis ações judiciais. A Sra. Jacira opinou que o CECS deve participar dessa CT para esclarecer todas as dúvidas. A data da próxima reunião foi deixada em aberto para que o CECS apresente todas as respostas às questões levantadas na CT. Dr. Akira sugeriu que essas respostas sejam encaminhadas antes aos membros da CT via e-mail juntamente com a convocação da reunião. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, da qual eu, Luciana Maranhão, secretária “*ad hoc*”, lavrei a presente ata.